



**PL 5096/2020**  
**00003**

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

**EMENDA Nº - PLENÁRIO**  
(ao PL nº 5096, de 2020)

**EMENDA Nº -PLEN**

redação: Dê-se aos art. 3º e 4º do Projeto de Lei 5.096, de 2020, a seguinte

**“Art. 3º** O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor acrescido dos seguintes arts. 400-A e 474-A:

**‘Art. 400-A.....**

.....

*Parágrafo único.* O descumprimento ao disposto no inciso II do *caput* deste artigo será considerado litigância de má-fé, sem prejuízo de eventual responsabilização civil do ofensor. ’

**‘Art. 474-A.....**

.....

*Parágrafo único.* O descumprimento ao disposto no inciso II do *caput* deste artigo será considerado litigância de má-fé, sem prejuízo de eventual responsabilização civil do ofensor. ’”

**“Art. 1º** O art. 81 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigor acrescido dos seguintes § 1º-A e § 4º:

**‘Art. 81.....**



SF/21337.99740-75

.....  
§ 1º-A.....  
.....

§ 4º O descumprimento ao disposto no inciso II do *caput* deste artigo será considerado litigância de má-fé, sem prejuízo de eventual responsabilização civil do ofensor. ' (NR)''

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei (PL) nº 5.096, de 2020, pretende reprimir a chamada “vitimização secundária” no processo penal brasileiro, estabelecendo a vedação, nas audiências de instrução e julgamento ou na instrução em plenário de tribunal de júri, da “utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas”.

Por meio da presente emenda, propomos que o descumprimento dessa obrigação seja considerado litigância de má-fé, sem prejuízo de eventual responsabilização civil do ofensor pela vítima ou pela testemunha ofendida.

Sala das Sessões,

Senador **LUIZ DO CARMO**